

Freitas Nobre



Os bastidores do mandato de Sarney

Todos querem saber por que a Constituinte empacou mês e meio no regimento e por que retardam seus trabalhos normais.

Basta procurar ver o que está por trás de toda essa movimentação, que até agora não penetrou nos temas de conteúdo da Carta constitucional.

Tudo gira, desde o primeiro dia, em torno do mandato do presidente Sarney.

O presidente tem as informações atualizadas da posição de cada parlamentar, graças ao levantamento de dados e à estocagem informatizada sob a supervisão do dr. Hargreaves.

Quando o presidente se informa sobre os parlamentares com Ulysses, Luiz Henrique, Carlos Sant'Anna, José Lourenço, o faz mais num gesto de cortesia, até para facilitar o estímulo às tarefas de mobilização e harmonia da Aliança Democrática, pois ninguém tem tão completos elementos informativos como ele.

A preocupação do presidente, transmitida ao deputado Ulysses Guimarães, tem sua razão de ser. Ele sabe que a bancada do PMDB está dividida quanto ao período de mandato. E abriga todas as tendências. Alguns poucos defendem as eleições diretas-já, como o deputado Fernando Lyra; outros, cobram as promessas de Tancredo Neves e Sarney para a redução do mandato para 4 anos; outros, como Ulysses Guimarães, já aceitam os cinco anos; e, finalmente, há um grupo, com o deputado Cardoso Alves à frente, que defende a manutenção dos seis anos.

Isso no PMDB.

No PFL o quadro é mais tranqüilo para o presidente, pois até o deputado Inocêncio de

Oliveira, de Pernambuco, que havia afirmado a impossibilidade de uma fixação acima dos quatro anos, já está admitindo uma posição intermediária.

O ministro Jorge Bornhausen faz média, afirmando que no caso do § 7º do artigo 57 "foi o PFL que fez abortar uma ruptura da ordem constitucional".

O PTB, de namoro recente com o Planalto, defende os seis anos para chegar nos cinco. O PCB acompanha a Aliança Democrática na decisão que tomar.

O PDT, o PT e o PC do B estão fixados nas diretas-já e dificilmente alterarão essa decisão, até porque as posições, a partir de agora, vão ficar mais definidas como reflexo da política nos Estados.

A antecipação dessa questão está exatamente no problema sucessório, embora sem que se saiba, ainda, em que data deverão ocorrer as eleições presidenciais.

A maneira, porém, como as coisas estão colocadas revela que o sistema de governo está tranqüilamente nesta alternativa: ou a manutenção do presidencialismo ou a adoção de um parlamentarismo misto, com o presidente da República e o vice escolhidos em eleições diretas e o Ministério composto pelo Parlamento, não cabendo nenhuma chance ao parlamentarismo puro.

Mas o presidente Sarney tem pressa na decisão relativa ao sistema de governo e ao período do mandato presidencial.

Por isso, propôs ao deputado Ulysses Guimarães uma reunião com a bancada do PMDB no Senado e na Câmara (305 deputados e 46 senadores) para a próxima sexta-feira, dia 20, às 18 horas. É hora de recepção. Hora de *cock-tail*, hora tranqüila de Brasília, onde sexta-feira é o nosso sábado de São Paulo, até com a característica da sessão parlamentar no período da manhã, hábito que inexplicavelmente se repete, agora, na atividade constituinte.

O presidente já havia pedido ao deputado Luiz Henrique para diligenciar o apressamento da definição do seu período de mandato.

Com Carlos Sant'Anna foi mais longe.

O líder do governo na Câmara já está se instalando nas várias salas da Vice-Presi-

dência da República, que continuam encravadas no edifício da Câmara, mesmo sem vice-presidente, porque o substituto eventual de Sarney é o presidente da Câmara, que já tem suas amplas instalações, no Legislativo.

Mas a tentativa do trabalho pessoal, feito de parlamentar para parlamentar, não tem dado resultado.

O deputado Paulo Renato Paim (PT-RS), após ouvir relato da deputada Irma Passoni e de um outro jovem parlamentar, pôs a boca no mundo, dizendo que 10.000 cargos estão sendo negociados com vistas ao posicionamento na Constituinte.

Um senador e um deputado federal do PMDB de Alagoas foram cuidar, em nome dos demais colegas, dos cargos federais naquele Estado, em razão da mudança do governo.

Foram recebidos pelo ministro Marco Maciel, que lhes disse: esse problema passa pelo deputado Carlos Sant'Anna.

No Congresso, todos sabem que a partilha ou repartilha dos cargos está condicionada a esse trabalho de que foi incumbido o deputado Carlos Sant'Anna, que, com essa força, vai absorvendo as atribuições dos líderes do PMDB nas bancadas do Senado e da Câmara, enfraquecendo, antecipadamente, qualquer liderança partidária na Constituinte.

Mandato vitalício

Essa forma de aliciamento, porém, está provocando reações no próprio PMDB, estimulando o deputado Francisco Pinto, da Bahia, a declarar que o presidente Sarney poderia, com estes constituintes, tornar seu mandato até mesmo vitalício.

Mas, nos bastidores, existem outros fatos que esclarecem bem o que está ocorrendo.

Na antecipação da campanha presidencial, colocam-se três tipos de candidatos à sucessão de Sarney.

Os primeiros, cujos nomes estão focalizados há algum tempo, por razões várias, não podem esperar um mandato de seis anos.

No PMDB, o governador Franco Montoro, que ficou desde domingo sem mandato, ainda que venha a ser ministro, fica eticamente impossibilitado de reclamar a redução do período administrativo de Sarney. Mas não

pode rejubilar-se com os seis anos, que transferem as eleições para 1990. Em situação semelhante, está o deputado Ulysses Guimarães, que deverá ficar no limbo, sem a presidência da Constituinte e a presidência da Câmara, que lhe dá a condição de vice-presidente da República.

Ulysses, percebendo que o aliciamento do Palácio do Planalto com tão poderosos argumentos levará a maioria da bancada a decidir pelos seis anos, já embarcou na idéia dos cinco anos. E seus companheiros mais próximos já imaginam para ele uma eleição de vice-presidente da República, meio passo para a chefia da Nação.

O segundo grupo, do PFL, está reciclado, defendendo o mandato de seis anos, embora essa solução seja prejudicial ao seu candidato-nato, o ministro Aureliano Chaves, integrante da atual equipe de governo e, por isso mesmo, com dificuldade para defender publicamente sua pretensão.

Finalmente, um outro importante grupo de interessados, com mais influência junto às bancadas que se elegeram no conjunto da última campanha: os governadores que assumiram ontem.

Os novos governadores defendem os seis anos para o mandato do atual presidente.

É exatamente o interstício de que necessitam para as candidaturas à presidência e vice-presidência da República. Além disso, é a maneira menos traumática de alijarem da disputa, pelo esquecimento e pela distância dos mandatos em alguns casos, os ex-governadores, como Franco Montoro, Hélio Garcia, Iris Rezende, exceção feita a José Rícha que se armou cavaleiro com o escudo do Senado...

E não é o caso do ministro Marco Maciel, porque ainda senador por quatro anos, tem se mantido na crista da onda, com o Ministério da Educação e a promoção à Chefia da Casa Civil, onde fica ministro e uma espécie de vice-presidente em exercício...

Mas não deixa de ser significativo o projeto de decisão do deputado César Cals Neto, que diz tê-lo redigido em conjunto com o senador Afonso Camargo vice-presidente da Executiva Nacional do PMDB e favorável aos seis anos.

Composto de dois artigos, sendo que um

revoga as disposições em contrário, o referido projeto no artigo 1º determina que a Constituinte defina, preliminarmente, o sistema de governo a ser instalado no Brasil e, ao mesmo tempo, a duração do mandato do atual presidente da República. E, no seu parágrafo único dispõe que a Mesa Diretora da Constituinte defina os prazos máximos de tramitação da matéria para viabilizar sua votação até dia 15 de maio próximo.

Na reunião do dia 20 próximo, os parlamentares do PMDB procurarão informar o presidente sobre a posição da bancada relativamente ao mandato presidencial.

Mas ninguém tenha dúvida que o presidente sabe mais que eles.

Não foi sem razão que, na Escola Superior de Guerra, há dez dias, o ministro Marco Maciel defendeu o mandato de seis anos, mas admitiu cinco.

O presidente sabe, nesta altura, que pode obter o máximo, mas, sem dúvida, ainda poderá encenar e condescender em reduzir de um ano seu período de governo.

Se o presidente continua o mesmo, poderá dizer aos constituintes peemedebistas que não tem preocupação na fixação do período, mas considera muito arriscada uma desestabilização com o retardamento da decisão sobre o mandato.

Quando estávamos na fase de escolha do candidato a vice de Tancredo, participamos como líder do PMDB de uma reunião realizada num dos auditórios do Banco do Brasil em Brasília, presentes Aureliano Chaves, Tancredo, Ulysses, Bornhausen, Marco Maciel, Humberto Lucena, Pedro Simon e Sarney.

Pedro Simon foi duro na colocação, dizendo que o Diretório Regional do PMDB do Rio Grande do Sul, sob sua presidência, na véspera, havia decidido protestar contra a escolha do senador Sarney para vice de Tancredo, fundamentando-se na convivência do mesmo com a ditadura militar durante 20 anos.

Tranqüilo, Sarney respondeu: eu voto no Tancredo em qualquer circunstância, mas, se meu nome não estiver como vice, não conseguirei trazer o mesmo número de votos do PDS...